

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS INTERFACES: CONTRIBUTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB

Myriam de Oliveira Melo Mendes; Fabiana Pereira Sousa de Queiroz; Gerilany Bandeira da Costa; Icaro Arcênio de Alencar Rodrigues

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB (caest.cg@ifpb.edu.br)

Resumo

A educação inclusiva vem ocupando espaços importantes em prol da consolidação de direitos para pessoas com deficiência. Este artigo é resultante das experiências de servidores da Coordenação de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, Campus Campina Grande. O principal objetivo foi descrever os desafios enfrentados pelos discentes com deficiência na Instituição inseridos no Programa Moradia da Política de Assistência Estudantil do IFPB. Os dados foram coletados através de questionários/entrevistas semiestruturadas aplicados durante os Processos Seletivos para os Programas da Política de Assistência Estudantil no período de 2015 a 2018 e dos atendimentos realizados pela equipe multidisciplinar ao longo desse período. Foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin para os aspectos qualitativos dos dados. A amostra foi composta majoritariamente por discentes com deficiência auditiva (66,7%), dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (66,8%). Foi possível perceber a importância dos programas de assistência estudantil no processo de inclusão dos estudantes com deficiência e a contribuição na permanência acadêmica desse público. Quanto as limitações, foi destacado a falta de formação dos docentes, das metodologias utilizadas e dos materiais didáticos, por vezes, não adaptados. A educação inclusiva continua sendo um grande desafio na garantia do pleno desenvolvimento dos direitos de pessoas com deficiência. Espera-se que este trabalho motive outras pesquisas na busca por esclarecimentos e na luta por direitos e dignidades de todos independente de suas limitações físicas, psíquicas, sociais ou de qualquer outra ordem.

Palavras Chaves: Inclusão, Pessoa com Deficiência, Assistência Estudantil.

Introdução

No início do século XXI, foi possível perceber avanços das políticas de inclusão no contexto educacional brasileiro. Aspectos como acessibilidade, igualdade de oportunidades e direitos humanos vêm buscando espaços na luta contra a descriminalização e o preconceito vivenciado por pessoas com deficiência. Entretanto, tais avanços são tímidos e com lacunas quando comparados com a urgência necessidade de concretude de tais direitos (NETO, 2016).

No contexto das políticas de inclusão, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, Campus Campina Grande, destaca-se positivamente ao desenvolver a Política de Assistência Estudantil, atualizada em junho de 2018 pela Resolução Ad Referendum n° 25, que busca de forma geral assegurar aos discentes acesso, permanência e conclusão de curso por meio de várias ações, dentre elas a disponibilidade de programas de assistência pecuniária aos estudantes, como por exemplo, auxílio transporte, auxílio moradia e auxílio alimentação (IFPB, 2018).

No tocante à execução desta política, o processo seletivo para ingresso nos programas

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

requer um estudo aprofundado da situação socioeconômica dos discentes e um acompanhamento contínuo destes, permitindo a equipe multiprofissional um conhecimento mais profundo da realidade dos estudantes assistidos pela política.

Assim, o presente artigo é resultante da experiência de servidores da Coordenação de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, Campus Campina Grande, composta por assistentes sociais e psicólogos. O principal objetivo foi descrever os desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência na Instituição inseridos no programa moradia da Política de Assistência Estudantil do IFPB. Especificamente, buscou-se conhecer o perfil sociodemográfico dos participantes; apresentar a relevância dos programas estudantis para os discentes na instituição; identificar as limitações dos estudantes sobre o desenvolvimento da vida acadêmica.

Inclusão na Educação Brasileira

A educação inclusiva consiste em um dos grandes desafios vivenciados pela sociedade, pois ela busca efetivar direitos sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, além de proporcionar o aprendizado ao longo de toda a vida (BRASIL, 2006).

Nas últimas décadas, a educação inclusiva vem ocupando espaços importantes em prol da consolidação de direitos para pessoas com deficiência. Os avanços legislativos, apesar de lentos, constituem significativas ações que contribuem com esse propósito. No final do ano 2000, o Estatuto da Pessoa com Deficiência surge como a primeira proposta no âmbito do Congresso Nacional voltado especificamente para esse público alvo. Em 2008, foi aprovada a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Muitas discussões e debates foram travados por anos para buscar alinhar os pensamentos, pois alguns documentos produzidos entravam em desacordo com outros vigentes. Até que, em julho 2015, foi sancionada a lei nº 13.146, Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

A lei supracitada está em vigor até os dias atuais e tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais direcionado a pessoas com deficiência, visando inclusão social e cidadania. Quando voltado para educação, a lei destaca:

Art. 28 II - A necessidade do aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (BRASIL, 2015, p.

9).

Apesar dos avanços legislativos, ainda existe um longo caminho a percorrer no processo de transição do que está escrito para o que ocorre na vida cotidiana. No contexto atual, a educação inclusiva é constituída por vários desafios. Esses desafios, definidos pela Lei nº 13.146 de 2015 como barreiras, constituem obstáculos que precisam de resoluções imediatas para obter qualidade de vida e inclusão social de todos.

As limitações citadas estão divididas em seis (6) barreiras, sendo elas: barreiras urbanísticas, barreiras arquitetônicas, barreiras nos transportes, barreiras nas comunicações e na informação, barreiras atitudinais e barreiras tecnológicas. Das barreiras expostas merece destaque a barreira atitudinal por tratar do maior trunfo e, ao mesmo tempo, da maior dificuldade, o ser humano e suas relações. A educação inclusiva exige domínio de conhecimentos e valores que permeiam o comportamento humano. Essa preocupação pode ser considerada uma barreira estratégica para que outras superações sejam alcançadas e que essas barreiras sejam cada vez mais ultrapassadas. Ou seja, para que a realidade possa sim ser transformada (BRASIL, 2015).

No intuito de atuar na superação destas barreiras, pelo menos parcialmente, a Política de Assistência Estudantil está composta por programas que contribuem para a consecução deste objetivo.

Política de Assistência Estudantil do IFPB

Diante de todo o contexto que envolve a educação inclusiva, a Política de Assistência Estudantil do IFPB corrobora com o processo educacional integral, pois tem como principal função assegurar aos educandos o acesso, a permanência e a conclusão do curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva. Através deste estudo é possível destacar a funcionalidade dos programas de assistência estudantil no processo de inclusão dos estudantes com deficiência.

Nesse sentido é importante problematizar as discussões tendo como premissa os objetivos presentes no art. 3º da Política de Assistência Estudantil do IFPB.

- I – fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que garantam a permanência e o êxito dos estudantes;
- IV – promover programas de atenção aos estudantes com deficiência;
- VII – promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais. (IFPB, 2018, p. 02)

Para tanto, a Política de Assistência Estudantil do IFPB é baseada conforme os princípios e objetivos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) criado em 2008, legislado pelo Decreto nº 7234/ 2010. Este plano proporciona condições para que o discente de ensino superior e técnico de baixa renda possam dispor de condições socioeconômicas para permanência no curso. Portanto, o PNAES é responsável por promover diferentes ações de assistência estudantil, como é o caso de auxílio moradia, transporte, alimentação, creche, inclusão digital, apoio pedagógico, esporte e cultura, entre outros (PNAES, 2010).

Para ter direito à assistência estudantil, o discente deve comprovar, por meio da análise socioeconômica, renda per capita familiar de até 1,5 salários mínimos por mês. O processo pressupõe a interpretação da respectiva análise de maneira efetiva considerando o cotidiano dos discentes (PNAES, 2010).

Diante das regras e orientações a serem seguidas, a Política de Assistência Estudantil do IFPB busca promover o desenvolvimento de atitudes e valores favoráveis a inclusão de estudantes com deficiência, além de estimular a construção do conhecimento acerca da temática da inclusão plena.

A educação inclusiva, os direitos e as liberdades fundamentais de pessoas com deficiência constituem um campo com vitórias e retrocessos. A responsabilidade social é um caminho concreto para que ocorra cada vez menos retrocessos e para que mais vitórias sejam alcançadas.

Metodologia

O presente trabalho é caracterizado como resultado de uma pesquisa de campo, documental, de caráter exploratório, descritivo, com abordagem quanti-qualitativo (TANAKA; MELO, 2004). A condição de pesquisa de campo apresenta como característica a coleta de dados nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, de modo a serem diretamente observados (SEVERINO, 2007).

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, campus Campina Grande. A composição da amostra foi de discentes do instituto com deficiência que participaram do processo seletivo para os Programas de Assistência ao Estudante e foram contemplados com o auxílio moradia, conforme condições socioeconômicas comprovadas por meio da análise exigida no Processo Seletivo da Política, bem como respeitando o respaldo da legislação vigente no período de 2015 a 2018.

Para análise dos dados qualitativos foi utilizado a análise de conteúdo, tendo em vista, que, de acordo com Bardin (2011), este método nos permite enxergar a realidade social,

buscando desvelar o que está por trás dos conteúdos manifestos.

Resultados e Discussões

Mediante a pesquisa realizada, no que diz respeito à amostragem, foi constatado um total de seis (6) sujeitos dentro do perfil exigido, como observado na tabela a seguir:

Tabela 01 - Perfil dos Discentes

Variáveis	Categorias	Quantidade	Porcentagem (%)
Tipo de Deficiência	Visual	2	33,3%
	Auditiva	4	66,7%
Idade	Menor de 21 anos	1	16,6%
	21 – 25 anos	4	66,8%
	Acima de 25 anos	1	16,6%
Modalidades de Ensino	Médio Integrado	4	66,8%
	Médio Integrado PROEJA	1	16,6%
	Subsequente	1	16,6%
Ano de Ingresso	2015	2	33,4%
	2016	1	16,6%
	2017	2	33,4%
	2018	1	16,6%
Município de origem	Interior da Paraíba	5	83,4%
	Outro estado	1	16,6%
TOTAL		6	100%

Fonte: SUAP- Sistema Unificado de Administração Pública 2015-2018.

Conforme pode ser observado na Tabela 01, a maioria dos alunos analisados tem deficiência auditiva (66,7%) e apenas dois têm deficiência visual (33,3%). A pesquisa desenvolvida por Quiles (2015) corrobora com esse resultado, pois, ao realizar um panorama da educação de surdos e deficientes auditivos no Brasil, região Centro-Oeste e estado de Mato Grosso do Sul, com base em dados no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira (INEP), a autora concluiu que houve um crescimento no número de matrículas tanto de surdos quanto de deficientes auditivos nas três esferas, incluindo as redes federais.

No que se refere a faixa etária dos discentes, foi possível perceber que 66,8% dos alunos estão na faixa de 21 – 25 anos, sendo acompanhado por iguais 16,6% para alunos Menor de 21 anos e maior de 26 anos. A idade média dos participantes é de 22,6 anos. Tais faixas etárias demonstram a existência de atraso acadêmico na maioria dos participantes. Esse

dado é percebido quando analisado a variável das modalidades, pois 66,8% dos participantes estavam no 1º ano do Ensino Médio Integrado, e esse ano de modalidade tem como média de idade de 15 anos, bem menor do que a média de idade dos participantes dessa pesquisa (22,6 anos). Ainda foi possível perceber que 16,6% da amostra estuda na modalidade Médio Integrado PROEJA, que são formados por discentes que cursam o Ensino Médio, entretanto, com idades acima do padrão para tal nível. Apenas 16,8% dos discentes são do Curso Técnico Subsequente, que é formado por alunos com Ensino Médio Completo e encontram-se dentro da faixa etária padrão correspondente a esta modalidade. Ou seja, apenas 1 (um) aluno está estudando em um curso com a faixa etária correspondente ao nível de ensino.

Sobre o ano de ingresso dos discentes no IFPB, foi destacado a mesma porcentagem para os ingressantes de 2015 e 2017 com 33,4% e também iguais porcentagens para os ingressos nos anos de 2016 e 2018 com 16,6%. É possível destacar um quantitativo relativamente pequeno de alunos ingressantes com deficiência que precisam de auxílio moradia para estudar, pois o desenvolvimento da educação inclusiva ainda é lento e repleto de barreiras e *tabus* (NETO, 2016). Contudo, esse dado é ao mesmo tempo relativamente significado quando considerado a história do acesso à escola de pessoas com deficiência e observado que no século passado, muitos não consideravam nem a possibilidade de ir à escola por serem vistos como incapazes de aprender.

Ainda na Tabela 01, ficou evidente que 83,4% dos discentes são oriundos de municípios localizados no interior do estado da Paraíba, e 16,6% são oriundos de outros estados, ou seja, todos os sujeitos desta pesquisa são alunos considerados em mobilidade estudantil. Diante disso, destaca-se que 100% da amostra não é natural de Campina Grande e eles mudaram de cidades e estados para ficarem mais próximos do instituto e ter condições de estudar. Tal realidade caracteriza-se como um aspecto indispensável para que os mesmos possam ser atendidos pelo Programa de Moradia, pois, de acordo com a Política da Assistência Estudantil o estudante precisa estar em mobilidade estudantil, ou seja, está residindo fora da sua localidade de origem para ter possibilidade de acesso ao benefício (IFPB, 2018).

Sobre a inclusão destes estudantes no instituto e a relevância dos programas estudantis em suas vidas acadêmicas, compreende-se que o Programa Moradia contribuiu como um fator decisivo para garantir o acesso ao ensino, tendo em vista que nos relatos de atendimentos realizados pela equipe, 100% dos estudantes relatou que seria inviável o deslocamento diário dos municípios de origem para a Instituição e que além da dificuldade de locomoção, a renda familiar não permitiria a permanência nos cursos. Com relação a concepção de inclusão, a

maioria afirmou que a Política de Assistência ao Estudante do IFPB contribui não só para a educação como também para a vida. Dessa forma, o referido programa é considerado pelos participantes da pesquisa como uma ferramenta inclusiva.

O suporte proporcionado pela Política de Assistência Estudantil aos estudantes com deficiência, contribui favoravelmente no fornecimento de condições mínimas para que os mesmos possam buscar melhorias no seu processo de aprendizagem e, futuramente, na vida profissional de cada um. Embora seja evidente o reconhecimento positivo por parte dos discentes da pesquisa sobre o suporte prestado pelo IFPB, Campus Campina Grande, por meio da Política de Assistência Estudantil, eles relataram ter algumas dificuldades no dia a dia de suas vidas acadêmicas.

Dentre as dificuldades mais presentes, destaca-se a falta de formação especializada dos docentes. Tal déficit é preocupante, pois é desencadeador de outros obstáculos enfrentados pelos discentes, como o uso de metodologia inadequada, a realização de avaliações descontextualizadas, os materiais didáticos, por vezes, não adaptados, dentre outros. Entretanto, essas limitações não são novidades, pois a maior parte da sociedade tem conhecimento e ciência dessa realidade.

Confirmando essas informações, Nunes (2011), ao investigar sobre a formação de professores na perspectiva da inclusão escolar para pessoas com deficiência, constatou a ausência de informações ainda na formação inicial de tais profissionais, além de pouco investimento e interesse dos órgãos públicos voltado para esta classe profissional.

Diante desses pontos positivos e negativos identificados nesta pesquisa e destacando agora aspectos relacionados a permanência e o êxito acadêmico dos participantes, foi possível observar que 67% da amostra afirmaram que mesmo diante das dificuldades, estão conseguindo obter êxito acadêmico em algumas disciplinas e permanecem estudando no instituto. Porém, 33% não obtiveram o mesmo resultado e desistiram do curso.

Apesar dos avanços identificados nesta pesquisa e nos progressos da legislação vigente, percebe-se que muito ainda precisa ser feito para que exista de fato o respeito aos direitos adquiridos pelas pessoas com deficiência, mesmo esses direitos já sendo assegurados por lei. Sem um compromisso político e financeiro mais forte com o sistema educacional, o cenário pouco poderá ser mudado.

Conclusões

Diante dos objetivos traçados nesta pesquisa, foi possível compreender pontos relevantes sobre a vida acadêmica dos discentes com deficiência assistidos pelo Programa

Moradia da Política de Assistência Estudantil do IFPB, Campus Campina Grande.

A política supracitada e suas extensões apresentam papéis relevantes na vida dos discentes no instituto, pois elas proporcionam condições mínimas para que eles possam acreditar ser capazes de estudar e buscar ser pessoas cada vez melhores. Entretanto, tal política não é suficiente para atender todos os anseios desse público que luta tanto por condições iguais de direitos.

Muitos são os desafios, pois apesar da existência de alguns avanços na história legislativa brasileira em relação aos direitos e liberdade fundamentais de pessoas com deficiência, essas pessoas ainda sofrem e são prejudicadas por viver em um país, muitas vezes, excludente. No instituto, os discentes com deficiência descaram ter dificuldades de aprendizagem em decorrência da falta de formação especializada de profissionais que termina por desencadear outras limitações nesse processo de ensino. A discussão sobre a formação profissional e suas lacunas é bem mais profunda, visto que é consequência de um sistema educacional macro que apresenta outras falhas ainda maiores.

O contexto que envolve a inclusão educacional é composto por muitas dúvidas e inseguranças, pois é um contexto que necessita de mudanças e tal necessidade pode trazer receios a muitas instituições. Por isso, a educação inclusiva necessita de projetos sólidos e verdadeiramente engajados no compromisso e na responsabilidade social de transformar a escola.

Diante disso, espera-se que esta pesquisa colabore com a comunidade acadêmica por meio do fornecimento de informações sobre algumas interfaces da inclusão educacional presentes neste artigo e que ela seja motivadora para que outras pesquisas possam ser realizadas diante de uma perspectiva tão carente de conhecimentos e transformações, como é a perspectiva da inclusão.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____. Lei nº 13.146. **Lei Brasileira de Inclusão**, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso. ago. 2018.

NETO, L. D. C. Inclusão Educacional: suas interfaces com a elaboração de material didático

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

em uma pesquisa ação. **III Congresso Internacional das Licenciaturas COINTER – PDVL**, 2016.

NUNES, M. N. Formação de professores na perspectiva da inclusão escolar da pessoa com deficiência: um estudo bibliográfico. **Polyphonia**, v. 22, n. 1, p. 1 – 18, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/21206-89155-1-SM.pdf>. Acesso. ago. 2018.

IFPB. **Política da Assistência Estudantil do IFPB**, 2018. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/Ano%202018/ad-referendum/resolucao-no-25>>. Acesso. ago. 2018.

PNAES. Decreto nº 7234/2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso. ago. 2018.

QUILES, R. E. S. Educação de surdos e deficientes auditivos: uma análise dos indicadores sociais. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 51, p. 53 – 66, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SUAP. **Sistema Unificado de Administração Pública**, 2018. Disponível em: <<https://suap.ifpb.edu.br/accounts/login/?next=/>>. Acesso. ago. 2018.

TANAKA, O. Y. & MELO, C. Reflexões sobre a avaliação em serviços de saúde e a adoção das abordagens qualitativa e quantitativa. In. BOSI M. L. M. & MERCADO F. J. (Eds.), **Pesquisa qualitativa de serviços de saúde**, Rio de Janeiro: Vozes, p. 121 – 136, 2004.